

Entraves e oportunidades para a inclusão de pessoas com deficiência física no turismo de aventura

Adson de Lima Claudino

Graduação em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil.
Mestrando em Turismo no Programa de Pós-Graduação em Turismo da UFRN, Brasil.

E-mail: adsonlc@hotmail.com

Felipe Gomes do Nascimento

Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Paraíba (PRODEMA-UFPB), Brasil.

Doutorando em Turismo no Programa de Pós-Graduação em Turismo da UFRN, Brasil.

E-mail: felipegomes.14@hotmail.com

Maria Valéria Pereira de Araújo

Doutorado em Administração pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

Professora na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil.

E-mail: valeriaaraujoufrn@gmail.com

Ricardo Lanzarini

Doutorado em Ciências Humanas pela UFSC, com Pós-doutorado em Lazer e Turismo pela USP, Brasil.

Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da UFRN e do Departamento de Turismo (DETUR) da UFRN, Brasil.

E-mail: ricardo.lanzarini@ufrn.br

Resumo

O turismo de aventura, enquanto atividade que envolve riscos e proporciona adrenalina aos seus praticantes, pode ser adaptado para atender demandas específicas, como, por exemplo, as pessoas com deficiência, uma vez que para este público, o segmento representa uma possibilidade de superação, autonomia e inserção social. Desta maneira, esta pesquisa teve como objetivo compreender os entraves e as oportunidades para a inclusão de pessoas com deficiência física no turismo de aventura, sob o olhar de representantes de entidades de apoio à pessoa com deficiência física de Natal – Rio Grande do Norte. Trata-se de um estudo de caso qualitativo de caráter exploratório, tendo os dados coletados por meio de entrevistas realizadas via *Google Meet* e de

maneira presencial, utilizando como instrumento para a coleta de dados um roteiro semiestruturado, com representantes de duas entidades da capital potiguar: Sociedade Amigos do Deficiente Físico do Rio Grande do Norte e Associação dos Deficientes Físicos do Rio Grande do Norte, com técnica de análise de conteúdo para a análise dos dados. Os resultados demonstram que os principais entraves estão relacionados à falta de incentivo para a promoção de políticas públicas que incluam tais indivíduos nos diversos setores da sociedade, sendo o turismo um deles. Por sua vez, as oportunidades apontam o papel relevante que as entidades de apoio possuem para este público, sendo consideradas ambientes que promovem socialização, valorização e fortalecimento pessoal.

Palavras-chave: Turismo de aventura. Deficiência física. Acessibilidade. Natal/RN.

1 INTRODUÇÃO

O turismo, enquanto atividade dinâmica e multidisciplinar, está correlacionado com o meio ambiente e com as práticas desempenhadas no meio natural (MELO; AGUIAR, 2016). Dados do *World Economic Forum* (2019) respaldam que o Brasil desponta como o segundo país mais influente no *ranking* de competitividade do fator recursos naturais, capaz de atrair visitantes de todo o mundo em virtude de seus atributos naturais. Destarte, observa-se o potencial no Brasil para o desenvolvimento da atividade turística em contato com o meio ambiente, sendo o turismo de aventura (TA) uma dessas possibilidades.

O TA, compreendido como viagens motivadas para a prática de atividades de aventura, de acordo com Melo e Aguiar (2016), apresenta-se como uma possibilidade de atuação do turismo em ambientes naturais, o qual implica riscos controlados para seus praticantes. Nestas atividades as sensações e experiências dos usuários são aguçadas em decorrência das emoções radicais proporcionadas pelo segmento (DANTAS; PIRES, 2015).

Diante desse cenário, sabe-se que o TA cresce significativamente no Brasil (LÓPEZ-RICHARD; CHINÁGLIA, 2004; ABETA; MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010) em virtude do patrimônio natural do país, responsável pela atração de demanda turística. Dados do Ministério do Turismo - MTUR (2020), apontam que no período entre 2015 e 2019, natureza, ecoturismo ou aventura foi respectivamente a segunda maior motivação de viagens a lazer de turistas estrangeiros para o Brasil.

As atividades do segmento de aventura despertam sensações de liberdade e autonomia, as quais necessitam ser de livre acesso para todos aqueles que desejam praticá-lo. Frente a isso, tais atividades precisam ser adaptadas para atender novas demandas com perfis variados, como, por exemplo, as pessoas com deficiência - PcD, tendo em vista que o turismo e o lazer por meio da acessibilidade corroboram para a inclusão social desse público (OLIVEIRA; OPPLIGER, 2017).

A acessibilidade ganha notoriedade neste contexto, pois sua concepção compreende tornar estruturas, produtos, serviços, informações e instrumentos de trabalho acessíveis para todas as pessoas, reverberando na qualidade de vida (BIZINELLI *et al.*, 2014). No campo do turismo, tornar um ambiente acessível pressupõe a inclusão de gestantes, idosos, PcD, obesos, dentre outros, visto que essas demandas possuem interesses e motivações para viajar, logo, limitações de acesso em um destino não acessível refletem na decisão de deslocamento por parte desses potenciais turistas (LEITE; CÂMARA; SILVA, 2020).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (2017) salienta que mais de 1 bilhão de pessoas no mundo possuem algum tipo de deficiência. Por sua vez, 45 milhões de pessoas possuem alguma deficiência no Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Uma pesquisa desenvolvida pela Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (2019) apontou que para as PcD, a qualidade no atendimento e a facilidade de acesso ao produto/estabelecimento possui influência para a compra. Ademais, 93% dos respondentes afirmaram que aderir às compras *online* reverteu parcialmente as más experiências das lojas físicas. Logo, cabe ao mercado estabelecer estratégias para suprir as necessidades desse público e treinar seus colaboradores para melhor atendê-los.

Esse cenário tem lançado um novo olhar para as PcD, em especial no turismo, pois estas eram negligenciadas devido à falta de infraestrutura adequada, dificultando o acesso e a sua inserção em espaços turísticos (SOARES; SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, 2018). Os poderes público e privado visam alcançar a inserção desses indivíduos no turismo por meio de ações estratégicas, como o Programa Turismo Acessível (2012), idealizado pelo MTUR com o intuito de inserir PcD ou com mobilidade reduzida em práticas turísticas de maneira segura, autônoma e equitativa. No âmbito desse programa tem-se o Aplicativo Turismo Acessível, no qual é possível obter informações acerca das condições de acessibilidade de atrativos turísticos e empreendimentos, contribuindo para que esta demanda possa viajar e deslocar-se com uma maior facilidade e liberdade.

No que tange o TA, suas atividades podem ser adaptadas e praticadas por pessoas com limitações e/ou mobilidade reduzida (VASCONCELOS; SILVA; COSTA, 2012), pois independente da deficiência, o usufruto do segmento tende a refletir em integração social e na experimentação de novas sensações, de modo que o TA para PcD imprime superação (HOLLEBEN; STRASSBURGER, 2015). Por conseguinte, o questionamento a seguir oriunda a realização da presente pesquisa: quais os entraves e as oportunidades para a inclusão de pessoas com deficiência física no turismo de aventura?

O desenvolvimento do presente estudo possibilitará a ampliação dos aportes teóricos sobre o TA praticado por PcD, tendo em vista que se trata de um assunto pouco debatido cientificamente. Além disso, tende a colaborar para a gestão estratégica de destinos e organizações em relação às políticas públicas para inclusão desse público em atividades turísticas. Sob esse cenário, este estudo teve como objetivo compreender os entraves e oportunidades para a inclusão de pessoas com deficiência física no turismo de aventura, sob o olhar de representantes de entidades de apoio à pessoa com deficiência física de Natal - RN.

A pesquisa encontra-se organizada da seguinte forma: após esta seção introdutória, a revisão de literatura abordará a temática que norteia o desenvolvimento deste estudo, a prática do TA por PcD. Em seguida apresenta-se os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da investigação, traz-se a discussão dos resultados alcançados e, por último, as considerações finais do estudo.

2 TURISMO DE AVENTURA E DEFICIÊNCIA FÍSICA

A atividade turística possibilita que indivíduos vivenciem experiências mediante o contato com novas culturas, com o meio ambiente e com diferentes povos. Nesse contexto, a natureza desponta como ambiente propício para a experimentação de novas sensações e desenvolvimento de habilidades, emergindo, assim, atividades turísticas executadas nesses espaços, como o TA.

Diante das alternativas exequíveis em ambientes naturais, o TA aparece como sendo o segmento composto por atividades de aventura que compreendem riscos controlados e de conhecimento dos seus praticantes (MELO; AGUIAR, 2016). Por sua vez, o Ministério de Turismo (2010) define-o como sendo originado por meio dos deslocamentos turísticos motivados para a realização de atividades de aventura, que são recreativas e não competitivas.

Para Lima (2020), o TA está correlacionado com o espaço ao qual suas atividades são praticadas, tornando-se dependente de fatores ambientais (por exemplo, o clima) para seu desenvolvimento. Na teoria, o TA transcende o aspecto contemplativo da natureza, uma vez que a experiência prática se caracteriza como fator estimulante para a decisão do indivíduo em vivenciá-lo. Sendo assim, tem-se que o segmento assume um caráter espontâneo no que tange o interesse dos indivíduos, além disso, há a necessidade do suporte de infraestrutura técnica capaz de contribuir na busca dessas imersões desafiadoras.

Como atividade de cunho não competitivo, é praticado por sujeitos leigos no assunto, seja em ambientes naturais ou urbanos, possui ainda o risco moderado como uma de suas principais características, além dos desafios enfrentados durante tais práticas (CARVALHO; ARAÚJO, 2009; MELO; AGUIAR, 2016). Nesse sentido, o fator “risco” se manifesta como elemento significativo nas ações que contemplam a vivência desse segmento (GIDDY; WEBB, 2016; WANG; YANG, 2021), pois, conforme Silva (2016), ele estimula o envolvimento e participação nessas atividades.

As práticas desenvolvidas dentro do TA podem ser realizadas no ar, na água e na terra (DANTAS; PIRES, 2015; HOLLEBEN; STRASSBURGER, 2015; WANG; YANG, 2021), evidenciando a gama de opções que são permitidas aos adeptos do segmento. Consoante a assertiva, o MTUR (2010) apresenta algumas dessas possibilidades, as quais serão apresentadas a seguir no quadro 1.

Quadro 1 – Práticas do turismo de aventura

ATIVIDADES NA ÁGUA	ATIVIDADES NO AR	ATIVIDADES NA TERRA
Bóia-cross Canoagem Duck Flutuação/Snorkeling Kitesurfe Mergulho autônomo turístico Rafting Windsurfe	Balonismo Paraquedismo Voo livre (asa delta ou parapente)	Arvorismo Bungee jump Cachoeirismo Canionismo Caminhada (com ou sem pernoite) Caminhada de longo curso Cavalgadas Cicloturismo Espeleoturismo Espeleoturismo vertical Escalada Montanhismo Turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues Tirolesa

Fonte: Elaborado pelos autores. Adaptado de Ministério do Turismo, 2010.

Observa-se a variedade de atividades que englobam o TA, as quais atendem usuários com desejos por práticas com níveis de intensidade e graus de risco distintos. Janowski, Gardiner e Kwek (2021) destacam que essas atividades podem ser conduzidas de maneira “suave” ou “dura”, e que tais níveis apontam a intensidade de uma experiência de aventura. Ademais, mudanças repentinas podem transformar atividades tidas como leves em difíceis, em decorrência de fenômenos naturais e eventuais problemas com os indivíduos e/ou com seus equipamentos.

Desta maneira, o TA emerge como um segmento dinâmico capaz de instigar a sensação de liberdade, adrenalina e superação de desafios, uma vez que o risco e o grau de dificuldade são elementos relevantes para tais vivências. Logo, há a necessidade da capacitação dos profissionais que atuam nesse setor, de forma operacional e cognitiva, para propiciar qualidade e segurança em seus serviços, visto que envolvem riscos (CARVALHO; ARAÚJO, 2009; MELO; AGUIAR, 2016), visto que a segurança do turista nas atividades de TA reverberam na qualidade do serviço e na sua experiência (SILVA, 2016).

O bem-estar e as sensações vivenciadas no TA apresentam-se como uma oportunidade para diferentes público, dentre eles as PcD, pois possuem motivações para viajar, conhecer pessoas e experimentar coisas novas (ABETA; MTUR, 2010; SANTOS, 2011), sendo as atividades de aventura uma alternativa para alcançar esses anseios. Nesse sentido, o TA representa um papel significativo na concepção do turista com deficiência como participante ativo no desenvolvimento da prática turística e no cumprimento de ações inimagináveis.

Para o MTUR (2006, p. 14) “pessoa com deficiência é a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de algum tipo de atividade”, seja por questões físicas, auditivas, visuais, mentais ou deficiência múltipla, quando ocorre a junção de duas ou mais deficiências. Para melhor esclarecer, o órgão supracitado classifica deficiência física em:

[...] alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (MTUR, 2006, p. 14)

Como apresentado pelo Ministério do Turismo, existem diferentes tipos de deficiência física, cada uma exigirá um grau de atenção e de cuidado maior para a execução do TA, evitando possíveis problemas e possibilitando segurança. Para alcançar tais competências e sentimentos, faz-se necessário a implementação da acessibilidade em atrativos, equipamentos e serviços turísticos, de modo a contemplar todas as necessidades de uma PcD (ABETA; MTUR, 2010; SILVA; TELES, 2014).

Para Holleben e Strassburger (2015), tendo em vista que o TA proporciona ao usuário com deficiência o contato com a natureza por meio de práticas individuais e/ou em grupos, ao praticá-lo esse público desenvolve sentimentos de realização, alegria, companheirismo e aumento da autoestima. Destarte, visualiza-se o TA, na perspectiva da PcD, como um elemento revigorante e transformador, pois permite que o indivíduo adquira confiança em suas capacidades e que é possível superar quaisquer barreiras

(ABETA; MTUR, 2010), considerando-se que tais vivências corroboram na reabilitação física e psicológica desse indivíduo (VASCONCELOS; SILVA; COSTA, 2012).

Para Mota *et al.* (2014, p. 64), “a acessibilidade no turismo apresenta critérios, parâmetros, recomendações e informações para o exercício da plena cidadania aos que desejam usufruir os benefícios da atividade turística”. Desta maneira, oferecer a PcD o usufruto da atividade turística permite a sua inserção em tarefas que antes não possuía acesso, seja pela ausência de produtos específicos ou por limitações pessoais.

Poucas empresas e destinos encontram-se capacitados para atender turistas com deficiência e, conseqüentemente, incluí-los nas atividades turísticas de esportes na natureza (Mota *et al.*, 2014). Emerge assim, a necessidade de órgãos públicos e privados atuarem em sinergia para viabilizar a implementação da acessibilidade na cadeia turística, para que a PcD possa usufruir do turismo sem eventuais problemas (VASCONCELOS; SILVA; COSTA, 2012; SILVA; TELES, 2014).

Em seu estudo, Prímola, Brambilla e Vanzella (2020) apresentaram que, para a execução de uma atividade de aventura (rapel) com cadeirantes, adaptações ocorreram nos equipamentos, para uma maior segurança dos participantes e na capacitação dos profissionais envolvidos, os quais estavam preparados para lidar com essa demanda. A pesquisa demonstrou que a realização de esportes de aventura praticados por PcD é mais do que uma atividade de lazer, é a realização pessoal e superação por quem os praticam e a alegria por parte daqueles que auxiliam. Diante dessa perspectiva, o TA para PcD advém como agente colaborativo na busca pela superação de desafios e na inclusão social por meio da atividade turística.

3 METODOLOGIA

Considerando o objetivo de compreender os entraves e oportunidades para a inclusão de pessoas com deficiência física no turismo de aventura, sob o olhar de representantes de entidades de apoio à pessoa com deficiência física de Natal/RN, essa pesquisa se caracteriza como um estudo de caso qualitativo, pois buscou “aprofundar-se no mundo dos significados das ações e relações humanas” (MINAYO, 1994, p. 22), promovendo um melhor detalhamento de aspectos intrínsecos de um fenômeno social. Possui caráter exploratório em virtude de buscar aprofundar a discussão sobre a prática do Turismo de Aventura para PcD.

Em um primeiro momento foi realizada uma revisão bibliográfica, a qual propõe o levantamento de obras como livros e artigos científicos já disponíveis, de modo a embasar a definição dos aportes teóricos e conceituais do estudo (DENCKER, 1998). Nesse sentido, foram realizadas pesquisas no *Google Acadêmico*, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Periódicos CAPES acerca de estudos envolvendo os temas de acessibilidade, turismo de aventura, pessoas com deficiência e a prática do turismo de aventura por pessoas com deficiência.

Posteriormente, buscou identificar as principais entidades de apoio à pessoa com deficiência física da cidade de Natal/RN, resultando na constatação de três instituições que atuam diretamente com esse público, são elas: Sociedade Amigos do Deficiente Físico do RN (SADEF/RN), Associação dos Deficientes Físicos do Rio Grande do Norte (ADEFERN) e Associação de Orientação aos Deficientes (ADOTE). Foram selecionados informantes-chave de cada associação, por considerar que estes possuem experiência e maior familiaridade com projetos sociais e atividades de lazer, como o turismo para PcD. Por conseguinte, foram enviados convites para participação na pesquisa via *WhatsApp* e *E-mail*, tendo o retorno dos representantes da SADEF/RN e

ADEFERN. Evidencia-se que ambos os entrevistados possuem deficiência física e praticam/praticaram esportes, contribuindo com uma perspectiva gerencial e pessoal.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas, utilizando-se de um roteiro semiestruturado com perguntas abertas, pois conforme Roesch (1996, p. 159) “[...] permitem ao entrevistador entender e captar a perspectiva dos participantes da pesquisa”. As entrevistas ocorreram nos meses de junho e julho de 2021, de forma híbrida, através da plataforma *Google Meet* e na sede das associações participantes (seguindo os protocolos de segurança contra a COVID-19). As perguntas versaram sobre origem/objetivo das entidades, possibilidades de inclusão de pessoas com deficiência física no turismo de aventura, entraves vivenciados por esse público, e, por fim, caracterização sociodemográfica dos entrevistados.

A análise de dados foi realizada a partir da análise de conteúdo, que consiste no processo de classificação de palavras, frases ou parágrafos em categoria de conteúdo, para posteriormente realizar as inferências pertinentes (ROESCH, 1996). Dessa forma, as entrevistas foram transcritas e em seguida houve a realização do processo de codificação. Em seguida, realizou-se o processo de categorização a partir da unidade de registro temática, identificando as principais opiniões dos entrevistados acerca dos entraves e oportunidades para incluir no turismo de aventura as pessoas com deficiência física.

Para fins de ética da pesquisa o nome dos participantes foi preservado, sendo descritos como “entrevistado 01” para se referir ao representante da SADEF/RN e “entrevistado 02” para reportar-se ao respondente da ADEFERN. Os resultados estão organizados na próxima seção para o processo de inferência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de apresentar os principais achados referentes à pessoa com deficiência e turismo de aventura, será realizada uma breve descrição das características das entidades, com objetivo de apresentar sua história e fundamentos que norteiam suas práticas.

4.1 Caracterização das entidades em estudo

4.1.1 Sociedade Amigos do Deficiente Físico do RN - SADEF/RN

A SADEF/RN é uma instituição sem fins econômicos, fundada em 08 de março de 1995 na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, que tem como objetivo "atender a todo cidadão que a ela se dirigir, independentemente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa, para praticar esporte de alto rendimento" (SADEF/RN, 2021). A entidade possibilita a participação de vários atletas em diferentes campeonatos, como Paraolimpíadas de Atenas-Grécia (2004) e III Jogos Parapan-Americanos do RIO (2007) nas modalidades de atletismo, bocha, futebol de amputados, tênis de quadra e de mesa, ciclismo, halterofilismo e natação (SADEF/RN, 2021).

A associação implantou, no ano de 2017, o "Projeto Praia Natal Inclusiva", com recursos cedidos pela Fundação Mapfre, e que contou com apoio da Prefeitura do Natal através das suas Secretarias, e da Faculdade Maurício de Nassau. Por meio desta proposta, foi realizada a instalação de banheiros adaptados, tendas para proteção do sol e da chuva, cadeiras anfíbias e plásticas, além disso, nos dias de acontecimentos do

evento, os organizadores contam com voluntários que são intermediários de todas as atividades oferecidas (SADEF/RN, 2021).

4.1.2 Associação dos Deficientes Físicos do RN - ADEFERN

A ADEFERN é uma entidade civil filantrópica e não-governamental, situada na zona norte de Natal, que objetiva promover as pessoas com deficiência física do RN e dispõe de mais de 60 tipos de serviços, como: fisioterapia, dentista, psicologia, alfabetização, encaminhamento para o mercado de trabalho, dentre outros, oferecidos para os associados - crianças, adultos e idosos (DADOS DO ENTREVISTADO 02, 2021).

Como menciona seu representante, trata-se de “[...] uma entidade de deficientes, dirigida por deficientes e fiscalizada por deficientes”, contemplando indivíduos que possuem realidades semelhantes àqueles que os procuram. A ADEFERN é considerada uma referência da pessoa com deficiência do Rio Grande do Norte no que tange aos trabalhos sociais desenvolvidos, sendo que esta já esteve entre as dez instituições mais importantes do país na defesa das pessoas com deficiência (DADOS DO ENTREVISTADO 02, 2021).

Sua origem e fundação ocorre a partir da visita a um centro de microfilmagem de documentos realizada pelo então prefeito de Natal durante uma viagem para a Europa em 1981. Ele teve a ideia de fundar um centro desse tipo em Natal e que os cargos seriam destinados para pessoas com deficiência, pois acreditava que elas são capazes de desempenhar tais atividades. Após seu retorno, criou junto à Prefeitura Municipal o Centro de Microfilmagem da Prefeitura de Natal e estabeleceu a realização de um concurso público para a ocupação das vagas, resultando em 26 pessoas com deficiência empossadas para atuar no local. Devido ao fato de 1981 ter sido um ano dedicado à pessoa com deficiência, tais colaboradores foram incentivados a criar uma entidade que os absorvessem, resultando na fundação da ADEFERN (DADOS DO ENTREVISTADO 02, 2021).

Atualmente a associação não recebe proventos de órgãos públicos e, também, não possui parcerias com o poder municipal, estadual e/ou federal para a sua operacionalização. Seus atendimentos e serviços são mantidos por doações da sociedade civil e mediante a mensalidade de seus associados (DADOS DO ENTREVISTADO 02, 2021).

4.2 Entraves para a realização do turismo de aventura para pessoas com deficiência física

Conforme apontam os entrevistados, há a necessidade de um maior engajamento dos órgãos públicos no que tange ao desenvolvimento de políticas públicas que possam incluir o indivíduo com deficiência em atividades turísticas, em especial no TA e, conseqüentemente, promover a melhoria na qualidade de vida. O achado se assemelha ao que destaca Silva e Teles (2014) a respeito de um maior posicionamento de órgãos competentes no estabelecimento de ações que promovam a possibilidade do usufruto de PcD em práticas turísticas.

Outro problema destacado é a invisibilidade deste público na sociedade, uma vez que, segundo os representantes, falta a institucionalização de associações que busquem colaborar com essa demanda e revogar por seus direitos, como, por exemplo, o estabelecimento de atividades ligadas ao lazer e turismo. Desta maneira, infere-se que o

distanciamento de órgãos públicos das necessidades e direitos legais dessas pessoas acaba por refletir na dificuldade de desenvolver o turismo de aventura para pessoas com deficiência física.

A acessibilidade de instalações e equipamentos turísticos foi outro tópico elencado como conflituoso. Existem dificuldades de acesso com segurança nesses espaços, tanto para a execução de atividades de aventuras, como nos serviços de apoio, como restaurantes, hotéis, aviões, entre outros. Durante a entrevista foi relatado que para o planejamento de viagem, é necessária uma boa pesquisa de destinos e serviços de apoio, visto que o descuido pode inviabilizar a viagem e provocar transtorno para os indivíduos (DADOS DO ENTREVISTADO 01, 2021).

Ressalta-se que na fala do entrevistado 02 a acessibilidade, nos mais diversos âmbitos e empreendimentos de uma cidade, deve acontecer de maneira orgânica, para que a partir do momento que surja a demanda com tal necessidade, esta seja contemplada imediatamente. Ao tentar exemplificar ele descreve “[...] não é obrigado você ter uma pessoa com deficiência na escola para que ela seja acessível, ela tem que ser acessível para que as pessoas possam frequentar a escola” (DADOS DO ENTREVISTADO 02, 2021).

Essa mesma afirmativa vem ao encontro do que foi mencionado pelo entrevistado 01. Ele afirma que “[...] nós nascemos como vocês, uma criança normal. Tudo é projetado para isso, mas no meio do caminho podemos ser surpreendidos” (IDEM, 2021). Inferre-se, portanto, que os lugares devem ser planejados para incluir de forma universal todos os indivíduos, pois o ser humano está propenso a adquirir algum tipo de deficiência durante sua vida. Além disso, existem as deficiências temporárias que exigem com que pessoas usem espaço adaptados por um curto período, a exemplo, pessoas que sofreram acidente e precisam usar muletas para locomoção.

Essa exemplificação pontua a necessidade de promover a educação ao PcD para que este possa se desenvolver e aprimorar-se ao longo da sua vida, e permite ser ampliada para o turismo de aventura adaptado, visto que as empresas precisam estar preparadas para receber o público com os mais diversos perfis e necessidades específicas, antes mesmo que estes a procurem, pois se as organizações não oferecem tal produto e/ou serviço, o consumo e a experiência não irão acontecer, fato este que corrobora com o que discute Mota *et al.* (2014), sobre a necessidade das empresas estarem preparadas, seja na infraestrutura ou no capital humano, para atender a PcD.

Os resultados evidenciam que o acesso às práticas turísticas por parte das pessoas com deficiência física ainda é incipiente, haja vista a necessidade de implementação de diretrizes por órgãos responsáveis que assistam constantemente este público a obter segurança e acessibilidade em empreendimentos, atrativos e serviços turísticos. A experiência turística só poderá ser usufruída após as necessidades básicas desses indivíduos serem contempladas, caso contrário, o consumo do turismo não será realizado.

4.3 Oportunidades para a realização do turismo de aventura para pessoas com deficiência física

Em relação às oportunidades, foi mencionado que, mesmo com o problema da falta de institucionalização, as entidades de apoio à pessoa com deficiência física possuem potencial para o desenvolvimento e incentivo ao TA, uma vez que são lugares de encontro e fortalecimento de vínculo, possibilitando que esses indivíduos se sintam

acolhidos e encorajados a buscar novas aventuras. O trecho a seguir pode ser reforçado pela afirmativa:

[...] a SADEF foi uma oportunidade de conhecer novas pessoas. A partir dela, eu fui fazendo outras atividades na natureza, como nadar com tubarões, andar de caiaque no rio Potengi, realizar rapel na ponte Newton Navarro, parapente em João Pessoa-PB, e espero no futuro realizar o voo de paraquedas (DADOS DO ENTREVISTADO 01, 2021).

Infere-se, portanto, que as associações são vetores no processo de desenvolvimento e inclusão deste público, motivando-o a viver novas experiências que ultrapassem as atividades cotidianas. No caso específico da SADEF/RN, esse elemento é um fator marcante, pois os participantes da associação participam como atletas em competições, logo, estão sempre viajando e no período de ócio têm a oportunidade de explorar os ambientes que estão inseridos (DADOS DO ENTREVISTADO 01, 2021).

Um outro ponto mencionado pelo respondente citado é a integração entre as entidades, que pode favorecer a organização em rede e fortalecer a promoção de novas atividades turísticas para o público de PcD nos destinos de TA, a exemplo, o projeto “Não posso andar, mas posso voar” que tem como finalidade promover práticas gratuitas de parapente para pessoas que usam cadeira de rodas. Essa integração é importante, pois possibilita que sejam realizadas campanhas que permitem visibilidade e fomento de políticas públicas para as PcD.

Outra questão vislumbrada como oportunidade diz respeito ao papel das universidades na temática de acessibilidade e TA, pois elas se constituem como canais que auxiliam no processo de planejamento, organização e resolução de problemas, permitindo identificar possibilidades e transformar espaços. Tal assertiva é reforçada na fala do representante da SADEF/RN:

Tem muita coisa para acontecer, que bom que vocês estão pensando nessa parte turística de pessoa com deficiência, para começar a pensar, amadurecer e conseguir enxergar possibilidades e assim, consequentemente colocar em prática. [...] para que tudo evolua e possamos ser livres, pois tudo isso, é para que possamos ter liberdade (DADOS DO ENTREVISTADO 01, 2021).

Teles e Silva (2012) apontam que os estudos sobre acessibilidade e TA nas universidades ainda é incipiente e que, em muitos casos, a temática é contemplada em conteúdo complementar de disciplinas obrigatórias. Os autores propõem a necessidade de incentivo nesse ramo, seja de forma transversal ou em disciplinas específicas, além de reforçarem a promoção de visitas e projetos técnicos para avançar neste tema.

Por sua vez, o representante da ADEFERN aponta que já desenvolveu um projeto intitulado “Uma Cidade Sem Barreira”, o qual serviu de base para a formulação e outorga da Lei Municipal nº 4.090/92 da cidade do Natal/RN, com o intuito de promover uma melhor acessibilidade na capital potiguar. Para ele, a acessibilidade, além do âmbito do turismo, deve contemplar todas as esferas de uma cidade, de modo a tornar os indivíduos mais independentes. Comenta, ainda, que atividades de aventura contribuem positivamente para o bem-estar da PcD, pois colaboradores da associação tiveram a oportunidade de participar de um evento de rapel e vivenciar tal atividade, o que acarretou melhorias para suas vidas pessoais. Destaca-se que a fala do entrevistado

é permeada por vivências pessoais que validam o seu discurso, pois este fez parte da seleção norte-riograndense de basquetebol em cadeira de rodas e promoveu eventos para PcD no âmbito do esporte.

Seu discurso contempla a perspectiva de que a prática do TA por PcD deve ser planejada e institucionalizada para que possa contribuir para a vida desses indivíduos e enfatiza que “[...] tudo que venha para beneficiar de maneira direta ou indireta a pessoa com deficiência, a gente tem que dar apoio e orientar e incentivar [...]” (DADOS DO ENTREVISTADO 02, 2021). Esse achado é respaldado por Silva e Teles (2014) ao destacar que a acessibilidade no TA reverbera no bem-estar e na qualidade de vida dos usuários.

Por conseguinte, tem-se que o entrevistado visualiza o desenvolvimento do TA por PcD como uma atividade que não se restringe apenas à oferta de empresas com esses serviços, mas parte também da vontade desse público em realizar e vivenciar tais experiências, uma vez que “[...] não se pode duvidar das pessoas com deficiência, eu não posso duvidar de nada, o deficiente é capaz de fazer tudo e mais alguma coisa” (DADOS DO ENTREVISTADO 02, 2021). Nesse sentido, infere-se que mesmo com as dificuldades encontradas, esse público detém de um estímulo significativo para executar as tarefas que lhe são apresentadas e não seria diferente com o turismo, pois são capazes de realizar e adaptar-se às diversas situações, basta desejarem e terem as condições mínimas necessárias para realização das mais diversas atividades, dentro de suas especificidades.

As entidades de apoio às pessoas com deficiência assumem um suporte significativo ao direcionamento para as experiências que o turismo pode possibilitar, além de contribuir para aperfeiçoamento de competências. A PcD apresenta vontades e desejos que devem ser colocados à sua disposição, logo, as vivências, o acolhimento, a adrenalina e a liberdade surgem como fatores pertinentes na busca por novos estímulos e sensações, as quais o TA pode proporcionar, sendo este, um elemento que tende a ganhar notoriedade para essa parcela da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo de aventura compreende as atividades realizadas em ambientes naturais de forma radical que proporcionam diversão, lazer e adrenalina para seus usuários. Essa prática desperta o interesse de diversos públicos, dentre eles, o de pessoas com deficiência física que buscam viver experiências inusitadas que fujam da rotina. Porém, para que possam ter acesso a esses espaços, estes precisam ser planejados e ordenados para suprir as necessidades desta demanda e garantir segurança, sensação de superação e de liberdade.

Neste contexto, este estudo teve como objetivo compreender os entraves e oportunidades para a inclusão de pessoas com deficiência física no turismo de aventura, sob o olhar de representantes de entidades de apoio à pessoa com deficiência física de Natal - RN. A pesquisa teve seu objetivo alcançado, pois através de entrevistas realizadas com representantes da SADEF/RN e ADEFERN foi possível obter perspectivas no que tange a prática do TA por PcD.

Os resultados demonstraram que os principais entraves estão relacionados a aspectos de gestão pública, pois falta incentivo para a promoção de políticas públicas que incluam esses indivíduos nos diversos setores da sociedade. Além disso, foi mencionada a falta de infraestrutura por parte dos serviços turísticos que dificultam o acesso a tais espaços, como restaurantes, hotéis, transporte e outros serviços turísticos. Dessa forma, há

a necessidade de melhor articulação entre órgãos públicos e privados, uma vez que cabe ao poder público promover políticas públicas que possam fornecer subsídios que facilitem o acesso às empresas privadas por meio de incentivos financeiros e adaptação de áreas de acesso comum, competindo às empresas privadas buscar seguir a legislação e adequar seus serviços e produtos para as PcD.

As oportunidades apontadas dizem respeito ao papel que as instituições de apoio à pessoa com deficiência física, que são espaços de socialização e de fortalecimento para esse público, possuem para a inclusão na sociedade. Ademais, vislumbra-se a organização em rede, por parte dessas entidades, para o fortalecimento da luta dos direitos dessas pessoas. Também foi mencionado, a importância e responsabilidade das universidades como vetores no processo de produção de conhecimento e no estabelecimento de novos cenários na sociedade.

Dentre as limitações do estudo tem-se que os resultados não devem ser generalizados, pois trata-se de um estudo de caso realizado na cidade do Natal/RN. Logo, outros cenários de investigação podem apresentar achados semelhantes ou diferentes destes. Sugere-se que novas pesquisas sejam feitas tendo como foco o fator motivacional e de experiência por parte das PcD para o TA, bem como pesquisas sobre destinos de TA que são mais acessíveis e reverberam nas experiências de seus usuários. Por fim, recomenda-se a ampliação deste estudo para outras regiões do Brasil e aumento da amostra da pesquisa, podendo englobar as mais diversas deficiências e suas especificidades.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio da concessão de bolsa de pós-graduação *stricto sensu*. Ademais, cabe ressaltar a contribuição dos participantes do estudo, os quais colaboraram através das entrevistas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA; MINISTÉRIO DO TURISMO. **Manual de boas práticas de acessibilidade em ecoturismo e turismo de aventura**. Belo Horizonte: ABETA, 2010. Disponível em: <<https://turismoadaptado.files.wordpress.com/2011/05/manual-de-boas-praticas-acessibilidade-em-ecoturismo-e-turismo-de-aventura.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

BIZINELLI, Camila *et al.* Enoturismo e Turismo de Experiência: novas possibilidades para a inclusão de pessoas com deficiência visual - Vinícola Dezem (Toledo, Paraná, Brasil). **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 7, n.3, p. 495-522, jul. 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/38860>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

CARVALHO, Stella Maria Sousa; ARAÚJO, José Luís Lopes. Turismo de Aventura como Instrumento para a Preservação Ambiental em Cajueiro da Praia – PI. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 6., 2009, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo: ANPTUR. 2009. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/6/175.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2021.

DANTAS, Lorena Macedo Rafael; PIRES, Paulo dos Santos. Versões e Contradições do Turismo de Aventura: reflexões sobre as atividades de aventura e sobre o turista. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 276-300, maio./ago. 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/43154>>. Acesso em: 13 mai. 2021.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura. 1998.

GIDDY, Julia Kathryn; WEBB, Nigel Leigh. The influence of the environment on adventure tourism: from motivations to experiences. **Current Issues In Tourism**, [S.L.], v. 21, n. 18, p. 2132-2146, out. 2016. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13683500.2016.1245715>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

HOLLEBEN, Denise; STRASSBURGER, Nândri Cândida. Turismo de Aventura e a deficiência visual. In: Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, 9., 2015., Foz do Iguaçu-PR. **Anais [...]**, Foz do Iguaçu. 2015. Disponível em: <<http://festivaldascataratas.com/wp-content/uploads/2015/12/7.-Turismo-de-Aventura-e-a-Defici%C3%Aancia-Visual.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **População residente por tipo de deficiência permanente**. 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

JANOWSKI, Ingo; GARDINER, Sarah; KWEK, Anna. Dimensions of adventure tourism. **Tourism Management Perspectives**, [S.L.], v. 37, p. 1-11, jan. 2021. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211973620301434?via%3Dihub>>. Acesso em: 12 maio. 2021.

LEITE, Ângela Roberta Lucas; CÂMARA, Rosélis Barbosa; SILVA, Yasmin Alessandra Lima. Acessibilidade e Turismo no Centro Histórico de São Luís (Maranhão, Brasil). **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 13, n. 3, p. 1-21, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/72910>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

LIMA, Iana Barbara Oliveira Viana. **O turismo de aventura no município de Quixadá: análise e proposições ao desenvolvimento turístico local**. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE. 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ufc.br/ri/handle/riufc/56153>>. Acesso em: 24 set. 2021.

LÓPEZ-RICHARD, Victor; CHINÁGLIA, Clever Ricardo. Turismo de aventura: conceitos e paradigmas fundamentais. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 199-215, nov. 2004. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/62667>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

MELO, Stella Maria Carvalho; AGUIAR, Eveline Porto Sales. Turismo de aventura em Taquaruçu-TO: atividades e riscos. **Revista Turismo - Visão e Ação**, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 280-299, maio./ago. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/8868>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes Ltda. 1994.

MINISTÉRIO DO TURISMO [MTUR]. **Anuário Estatístico de Turismo 2020 - ano base 2019**. 2 ed. Volume 47. 2020. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html#:~:text=Anu%C3%A1rio%20Estat%C3%ADstico%20de%20Turismo%202020%20%2D%20Ano%20Base%202019&text=A%202%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o%20do%2047%C2%BA,o%20entendimento%20do%20seu%20conte%C3%BAdo>>. Acesso em: 20 mai, 2021.

_____. **Turismo de Aventura: orientações básicas**. 3 ed. Brasília: Ministério do Turismo. 2010. Disponível em: <<https://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/images/Turismo%20de%20Aventura%200B.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

_____. **Turismo e acessibilidade: manual de orientações**. 2 ed. Brasília: Ministério do Turismo. 2006. Disponível em: <http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/MIOLO_-_Turismo_e_Acessibilidade_Manual_de_Orientaxes.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

MOTA, Ana Maria Guimarães *et al.* Turismo de Aventura Acessível. **Podium Sport, Leisure And Tourism Review**, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 61-73, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/podium/article/view/9149>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

OLIVEIRA, Lorena Cristina Pinheiro; OPPLIGER, Emilia Alibio. Turismo de inclusão social: as condições de acessibilidade no Parque das Nações Indígenas, Campo Grande – MS (Brasil). **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 10, n. 3, p. 1-22, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/54281>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Pessoas com deficiência no Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/inclusive-education/persons-with-disabilities/>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

PRÍMOLA, Simone; BRAMBILLA, Fernanda; VANZELLA, Elídio. Acessibilidade no turismo de aventura: a prática de rapel por cadeirantes na Barra de Gramame - PB. In: BRAMBILLA, Adriana *et al.* (Org.). **Turismo e Hotelaria no contexto da Responsabilidade Social**. João Pessoa: Editora do CCTA. 2020.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projeto de estágio do curso de administração**. São Paulo: Atlas. 1996.

SANTOS, Lorraine Fogaça. Análise da Acessibilidade para Cadeirantes na Trilha do Engenho no Parque Estadual da Ilha Anchieta – SP. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 8., 2011, Balneário Camboriú-SC: **Anais [...]** Balneário Camboriú-SC: ANPTUR, 2011. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/8/62.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2021.

SILVA, Grislayne Guedes Lopes; TELES, Reinaldo Miranda de Sá. Acessibilidade no Ecoturismo e Turismo de Aventura: atuação do poder público e privado. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 269-289, maio./jul. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6256>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

SILVA, Mário Dinis Serrazina Mendes. **Gestão da segurança no turismo de aventura em Portugal**. Tese. (Doutorado em Turismo) - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território. Universidade de Lisboa, Portugal. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/27137>>. Acesso em: 24 set. 2021.

SOARES, Jakson Renner Rodrigues; SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, María Dolores. Turismo acessível para todos: um estudo de caso em Cambre - Espanha. In: VANZELLA, Elídio.; BRAMBILLA, Adriana; SILVA, Márcia Félix. **Turismo e Hotelaria no Contexto da Acessibilidade**. João Pessoa: CCTA. 2018.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE VAREJO E CONSUMO. **O Varejo e o Consumidor com algum tipo de deficiência física**. São Paulo: SBVC. 2019. Disponível em: <<http://sbvc.com.br/acessibilidade-decisivo-consumidores-deficiencia/>>. Acesso em: 24 set. 2021.

TELES, Reinaldo Miranda de Sá; SILVA, Grislayne Guedes Lopes. O Papel da Universidade na Temática de Acessibilidade no Ecoturismo e Turismo de Aventura. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 9., 2012, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo: ANPTUR. 2012. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/9/91.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

VASCONCELOS, Fabrício Peixoto; SILVA, Alan Curcino Pedreira; COSTA, Luciana Ferreira. Turismo de aventura e ecoturismo: entre práticas e normas no contexto brasileiro. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, v. 2, n. 2, p. 108-138, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/578>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

WANG, Cuirong; YANG, Zhaoping. Suitability evaluation for mountain-based adventure tourism: a case study of xinjiang tianshan, china. **Plos One**, [S.L.], v. 16, n. 2, p. 1-17, fev. 2021. Disponível em: <<https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0247035>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Travel & Tourism Competitiveness Report 2019**: Travel and Tourism at a Tipping Point. Suíça: World Economic Forum. 2019. Disponível em: <<https://www.weforum.org/reports/the-travel-tourism-competitiveness-report-2019>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

Barriers and opportunities for the inclusion of people with physical disabilities in adventure tourism

Abstract

Adventure tourism, as an activity that involves risks and provides adrenaline to its practitioners, can be adapted to meet specific demands, such as people with disabilities, since for this audience, the segment represents a possibility of overcoming, autonomy and social inclusion. Thus, this research aimed to understand the barriers and opportunities for the inclusion of people with physical disabilities in adventure tourism, from the point of view of representatives of entities that support people with physical disabilities in Natal – Rio Grande do Norte. This is a qualitative case study of exploratory nature, with data collected through interviews conducted via Google Meet and in person, using as an instrument for data collection a semi-structured script, with representatives of two entities in the capital of Natal: Society of Friends of the Physically Disabled of Rio Grande do Norte and Association of the Physically Disabled of Rio Grande do Norte, with content analysis technique for data analysis. The results show that the main obstacles are related to the lack of incentive for the promotion of public policies that include such individuals in the various sectors of society, tourism being one of them. In turn, the opportunities point to the relevant role that support entities have for this public, being considered environments that promote socialization, appreciation and personal empowerment.

Keywords: Adventure tourism. Physical disability. Accessibility. Natal/RN.